ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Discussão e votação adiada do Projeto de lei Complementar nº 22, de 2019, de autoria do Ministério Público.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação a subemenda substitutiva apresentada pela Comissão de Finanças. As Sras. Deputadas e o Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Prejudicados o projeto e seus acessórios.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.180, de autoria do nobre deputado Caio França.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 518, de 2021, de autoria da nobre deputada Analice Fernandes.

Nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 979, de autoria do nobre deputado Cezar e do deputado Marcio Nakashima. É de 2019.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.286, de 2019, de autoria do nobre deputado Alexandre Pereira.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 32, de autoria dos nobres deputados Delegado Bruno Lima e Vinícius Camarinha.

Nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 91, de autoria da nobre deputada Erica Malunguinho.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – PARA COMUNICAÇÃO -Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa. por ter pautado o PLC 22 e conduzido a aprovação do mesmo, um projeto importante do Ministério Público Estadual que trata da questão da chamada dos aprovados, dos analistas jurídicos do MP.

Esses servidores são extremamente importantes para que o MP possa funcionar e combater a corrupção no estado de São Paulo, possa investigar as graves denúncias de improbidade administrativa, de crime de responsabilidade, de defesa da Educação Pública. Então, foi muito importante a votação desse PLC. Parabéns pela condução dessa votação hoje aqui no plenário.

Sobre o PLC 37, do abono-Fundeb, Sr. Presidente, acho que a gente já pode votar esse projeto, porque a emenda que foi apresentada, na verdade, ela trata de outro tema que não é do abono. Ela faz uma correção de um erro do PLC 26, sobre o QSE e o QAE. Na verdade, dos agentes de organização escolar, dos agentes, dos servidores do quadro de apoio escolar.

Acho que já apresentamos emendas incluindo outros seguimentos importantes dos profissionais da Educação. Então, as condições já estão todas dadas para que a gente possa aprovar, em caráter de extrema urgência, o PLC 37 e pagar o Abono-Fundeb para todos os profissionais da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Carlos Giannazi.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Só para declarar voto contrário da bancada do Novo no PLC 22, de 2019.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Voto contrário do partido Novo no PLC 22, dos funcionários do Ministério Público.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - E reforço a fala do Giannazi aqui, que também tem nosso apoio para a votação do PL 37, para pagar o abono dos professores.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu irei colocar no Colégio de Líderes de segunda-feira. A deputada Professora Bebel também já vem insistindo bastante para que a gente possa votar, a deputada Janaina.

Enfim, vários deputados estão insistindo e, se houver acordo dos líderes, na semana que vem nós podemos pautar e aprovar esse projeto de extrema importância.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a nossa sessão. Muito obrigado, uma boa tarde a todos.

* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 6 minutos.

* * *

24 DE NOVEMBRO DE 2021
70ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, ADALBERTO FREITAS, GIL DINIZ e WELLINGTON MOURA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - MAJOR MECCA

Discorre sobre a situação da Segurança Pública no Estado. Tece críticas ao secretário de Segurança Pública de São Paulo. Lamenta o veto ao PL 701/19, pelo governador João Doria. Considera péssimas as condições de trabalho da Polícia Militar. Defende reajuste salarial para a categoria.

3 - ADALBERTO FREITAS

Registra visita a local de futura instalação do restaurante Bom Prato, em Parelheiros. Comunica que o restaurante Bom Prato, do Grajaú, não será mais fechado, mas reformado. Diz que a reforma começaria em breve. Agradece o governo estadual pelas conquistas citadas. Comenta alterações na Lei 17.293/20. Exibe imagens de visita ao Ibrachina.

4 - GIL DINIZ

Cita o cancelamento do Carnaval em diversas cidades de São Paulo. Afirma que festas de Carnaval realizadas em 2020 contribuíram para a disseminação do coronavírus. Tece críticas ao governo estadual. Sugere o cancelamento da comemoração em todo o Estado.

5 - RAFAEL SILVA

Diz que o Hemocentro de Ribeirão Preto estaria com os horários de atendimento reduzidos, por falta de verba. Discorre sobre a importância dos hemocentros.

6 - ADALBERTO FREITAS

Assume a Presidência.

7 - CORONEL TELHADA

Mostra-se contrário à realização de festas de Carnaval no Estado. Lamenta morte de funcionária desta Casa. Cita o falecimento do policial civil Paulo Sarmento Lopes, vítima de homicídio. Critica transferência compulsória de funcionários da Fundação Casa. Menciona as datas comemorativas do dia.

8 - CAIO FRANÇA

Comemora a aprovação do PL 1.180/19, que visa a distribuição gratuita de medicamentos à base de canabidiol. Agradece ao presidente da Casa pela tramitação do requerimento de urgência ao projeto citado. Discorre sobre os benefícios proporcionados aos usuários destes medicamentos.

9 - GIL DINIZ

Comenta indicação de André Mendonça para o STF. Tece elogios aos trabalhos do ministro Paulo Guedes. Faz críticas ao Movimento Brasil Livre.

10 – TENENTE NASCIMENTO

Exibe vídeo de entrega de equipamentos à Defesa Civil de Bauru.

11 - GIL DINIZ

Assume a Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - ADALBERTO FREITAS

Pelo art. 82, parabeniza o deputado Caio França e coautores pela aprovação do PL 1180/19, no congresso de comissões. Rebate os conceitos de que a distribuição do medicamento citado no texto facilita a descriminalização da maconha. Lembra que o tratamento tem amparo da Anvisa. Afirma que os parlamentares devem zelar pela saúde da população. Pede atenção aos eleitores.

13 - ADALBERTO FREITAS

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE GIL DINIZ

Defere o pedido e suspende a sessão até as 15h04min.

15 - WELLINGTON MOURA

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h39min. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão.

16 - JANAINA PASCHOAL

Solicita o levantamento dos trabalhos, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 25/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, a ter início às 16 horas e 51 minutos. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus...sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente de hoje, dia 24 de novembro de 2021.

Neste momento, vamos começar o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Roberto Morais. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.)

Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Major Mecca, fará uso da palavra? Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, funcionários que nos dão suporte, todos que nos acompanham pela Rede Alesp e pelas redes sociais. Não há mais o que se conversar, buscar negociações com o Governo do Estado de São Paulo em relação ao reajuste salarial, à recomposição inflacionária dos salários dos policiais do estado de São Paulo.

O governador João Doria, bem como o secretário de Segurança, general Campos, o secretário executivo da Polícia Militar, coronel Camilo, o secretário executivo da Polícia Civil, delegado Yussef, todos eles conhecem os problemas, as dificuldades dos operadores de Segurança Pública, dos seus familiares, dos veteranos, das pensionistas.

Logo, não tem mais o que se conversar a não ser a resposta e o posicionamento do governador do estado de São Paulo e do chefe da pasta da Segurança Pública, o general Camilo.

O anúncio do dia, do mês e a porcentagem do reajuste salarial é a medida que esperamos do governador. Não tem mais: "Vamos fazer uma reunião para discutir". Não tem o que discutir. Os cofres do estado de São Paulo estão com superávit.

O estado não é uma empresa que precisa ficar dando lucro. Ela precisa, sim, assistir aos policiais, aos professores, aos médicos e proporcionar estrutura para que haja desenvolvimento dentro do estado de São Paulo.

E, dentro desse leque nós, há três anos, cobramos o compromisso de governo do Sr. João Doria em fazer das polícias do estado de São Paulo a segunda mais bem paga do Brasil.

Ao secretário de Segurança Pública nós não temos nem mais o que dizer, porque um general que já assume da cadeira de secretário da Segurança e esteve sempre ao lado do governador, que dentro dos quartéis e das delegacias assumiu um compromisso...

O mínimo que nós esperamos dos secretários, seja o general Campos, seja o coronel Camilo, seja o delegado Yussef, é um posicionamento de respeito à sua tropa, porque estava ao lado do governador quando ele assumiu o compromisso de governo.

Então, o mínimo que eles fazem é também cobrar o governador. O senhor assumiu um compromisso, fez um pacto com os policiais e suas famílias. E cabe ao senhor honrar esse pacto.

Infelizmente, o governo do PSDB no estado de São Paulo, o governo do João Doria caracteriza-se por uma política de retirada de benefícios dos policiais e de todo o funcionalismo público: dos professores, dos médicos, dos enfermeiros e daí por diante. Esta Casa, esses deputados - a maioria-, a base do Governo aqui nesta Casa só fez prejudicar os policiais do estado de São Paulo, os veteranos e as pensionistas.

O governo tem a obrigação moral de mostrar que ao menos tem palavra agora em 2022. Eu conversava agora com o deputado Adalberto Freitas - que está aqui e que será o relator da Lei Orçamentária Anual - em relação à aprovação das emendas que fazem a previsão do reajuste salarial dos policiais. Já está aberto ao diálogo e nós conversaremos e trabalharemos pela aprovação dessas emendas.

Não é justo. Nós temos um governo que só tem iniciativa no sentido de prejudicar os policiais e seus familiares. Mostro aqui os projetos que aprovei, com muito trabalho, com muito diálogo com os deputados desta Casa: o Projeto de lei no 701 - que o governador, com uma canetada, vetou - ajuda as pensionistas, os familiares de policiais mortos em serviço, que receberiam antecipação de 5% da indenização.

Ou seja, em 48 horas, a família receberia 10.000 reais para fazer frente às despesas para enterrar o ente querido. E o governador, com uma canetada, vetou. O Projeto de lei no 707, que institui a Dispensa para a Recomposição Orgânica - a DRO - para o policial que atravessa o seu turno de serviço apresentando um flagrante, fazendo uma escolta, poder folgar no próximo serviço e recompor o desgaste físico e psicológico.

Nós temos policiais agora, neste instante, lá na área de Guarulhos, no 44o Batalhão, que assumiram o serviço ontem às cinco da tarde e estão até o presente momento no 4o Distrito de Guarulhos apresentando uma ocorrência.

Uma belíssima ocorrência, um roubo à residência, onde houve um cerco, uma troca de tiros, e quatro criminosos vieram a óbito, porque não se renderam à ação dos policiais militares.

Os nossos bravos policiais, que, mesmo com o pior salário do Brasil, ainda arriscam a sua vida para defender o povo de São Paulo. E o fazem por espírito de servidão, espírito vocacionado, porque amam defender o povo de São Paulo. Mas estão esquecidos pelo governo do estado de São Paulo.

Continuaremos o nosso trabalho aqui. Estamos aguardando, governador João Doria, a sua resposta ao meu requerimento de informação: qual será o dia, o mês, o ano e a porcentagem de reajuste salarial das polícias de São Paulo? Para que assuma o patamar com que você se compromissou, deverá ser de pelo menos 48 por cento. Que seja escalonado, mas precisa ser de pelo menos 48% a partir de janeiro de 2021.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Próximo deputado, deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Eu falarei posteriormente. Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Boa tarde, presidente, Coronel Telhada, que está aí presidindo os trabalhos desta sessão. Cumprimento a ele, o pessoal da técnica, os assessores que estão aqui, os trabalhos também da nossa gloriosa Polícia Militar, que está sempre presente, o deputado que me antecedeu aqui, deputado Major Mecca, fotógrafo, todo o pessoal da Rede Alesp, que possibilita esta transmissão e o pessoal que está em casa nos assistindo.

Fazer primeiro como sempre estou fazendo, e fazer uma prestação de contas do nosso mandato aos nossos eleitores do extremo da zona sul, e quero aqui deixar registrada uma visita técnica que fiz ao Bom Prato de Parelheiros. Foi uma conquista do nosso mandato junto ao nosso governador João Doria e ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, a quem agradeço bastante por ter dado essa oportunidade de o nosso mandato conquistar.

Então, aqui está. Estivemos juntos no dia 04/11, junto com meu assessor, Dr. Leandro Freitas, nas dependências da futura instalação do Bom Prato de Parelheiros, acompanhado também do diretor executivo da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Sr. Gabriel Henrique. E fizemos a visita técnica no local.

Esse Bom Prato de Parelheiros é uma conquista do nosso mandato. O equipamento que será instalado lá beneficiará cera de 120 mil famílias da região. Só quem vive nos extremos sabe da real necessidade desse apoio social. Acompanhei já todas as etapas, sobre o nosso fundão, que é muito esquecido. Isso é prioridade do nosso mandato.

Então, agradeço mais uma vez a oportunidade de o governo ter cedido para mim essa oportunidade para o nosso mandato, ao governador João Doria, ao vice-governador Rodrigo Garcia, à secretária de Desenvolvimento Social, Celia Paz, ao secretário chefe da Casa Civil, Cauê Macris, ao secretário estadual de Desenvolvimento Regional Marco Vinholi, ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, ao presidente da Câmara Municipal vereador Milton Leite, e ao vereador Marcelo Messias, por esse apoio.

Reforço que sem a ajuda dada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, através do presidente Carlão Pignatari e do líder do Governo, deputado Vinícius Camarinha, esse feito não seria possível, porque, para nós conseguirmos uma conquista como essa, há necessidade de todas as forças políticas estarem atuando simultaneamente. Então, agradeço a todos.

Continuando ainda - muito obrigado, Machado -, continuando ainda sobre o Bom Prato, gostaria que fosse colocado um vídeo, e logo depois eu faço a minha fala. Por gentileza.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Bom, pessoal, esse vídeo aí refere-se ao Bom Prato de Grajaú, mais uma conquista do nosso mandato. O Bom Prato de Grajaú seria fechado, e nós conseguimos, através da nossa intervenção, do nosso mandato, tanto o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social quanto do proprietário do imóvel. Ele vai ser reformado para atender a região.

Essa unidade de Bom Prato é de extrema importância, por estar instalada no município mais populoso da capital, com meio milhão de habitantes. Estamos falando de 500 mil pessoas que lá residem.

O novo restaurante, com um espaço mais acolhedor, em breve começará sua reformulação, sendo mais um equipamento para atender a população que mais necessita. O almoço custa um real. O café da manhã, 50 centavos. Então, a pessoa, com o almoço a um real, e à noite um real também, o jantar, e mais o café de 50 centavos, com 2,50 reais a pessoa não passa fome.

Agradeço mais uma vez a todas as pessoas envolvidas que possibilitaram também essa conquista, o governador João Doria, o vice-governador Rodrigo Garcia, a secretária de Desenvolvimento Social Célia Parnes, o secretário Marco Vinholi, o prefeito Ricardo Nunes e o presidente da Assembleia Legislativa, Carlão Pignatari, que nos ajudou bastante.

O Vinícius Camarinha também nos ajudou e o vereador da Câmara Municipal Milton Leite. Eu falo essas pessoas também da administração municipal porque hoje para conseguir um Bom Prato tem que fazer um convênio entre governo e prefeitura, então agradeço a esses senhores por estarem nos ajudando.

Só para concluir, presidente, mais uma situação, gostaria de falar a respeito da alteração de uma lei, 17.293. Aí está. Como todos sabem, quando teve a votação do PL 529 afetou muito a Lei 17.293, que era a alteração dos veículos para pessoas com deficiência.

Como todos sabem, pessoas com deficiência são uma bandeira do nosso mandato e, com a alteração do 529, restringiu a isenção de ICMS e IPVA para alguns tipos de deficiência. Ou seja, somente aqueles com deficiência severa tinham direito à isenção. Amputados, autistas, deficientes visuais, auditivos e com deficiência intelectual.

Desde então eu tenho conversado com o governo e o governo tem atendido a nossa solicitação, então é algo aqui do nosso mandato. O governo do estado de São Paulo, muito em breve, apresentará um novo projeto de lei corrigindo e alterando alguns artigos da lei que tangem a isenção, contemplando outras deficiências.

Nosso mandato também está pleiteando junto ao governo do estado a alteração do teto, permitindo a compra de veículos que atualmente é de 70 mil reais, o que não acontece há mais de 12 anos.

Não houve correção, sendo que esse ajuste, além da isenção e do ICMS, o mesmo valor se aplicará à isenção de IPVA. Então gostaria de agradecer ao pessoal do governo que tem me ajudado nessa questão das pessoas com deficiência.

Por último, gostaria de registrar aqui - por gentileza, presidente, para concluir -, que acompanhei agora, no último dia 23 de novembro, pela tarde, o presidente do Instituto Brasil China, Dr. Thomas Law, juntamente com o diretor de relações institucionais da Ibrachina, Dr. Edmilson Bordon, uma visita institucional ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Carlão Pignatari.

A reunião, obviamente, foi pleiteada pelo nosso mandato. Agradeço aos representantes da Ibrachina pela visita e produtiva conversa com o presidente Carlão Pignatari e pela atenção que nosso mandato tem sempre recebido aqui na Casa. Mando um grande abraço ao presidente do Ibrachina, Dr. Thomas Law e a toda a sua diretoria.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Próximo deputado, deputado Gil Diniz. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente Coronel Telhada, que preside os trabalhos deste Pequeno Expediente. Boa tarde, deputados presentes aqui, Adalberto Freitas, Major Mecca, Rafael Silva e sua esposa. Boa tarde aos assessores, aos policiais militares e civis, ao público que nos assiste pela Rede Alesp.

Presidente, subo a esta tribuna vendo o noticiário. Mais de 50 cidades pelo interior já cancelaram o Carnaval. O governador tem dito sobre a flexibilidade, agora, no estado de São Paulo e anunciou o não uso mais da máscara a partir do dia 11 nos locais públicos. Eu sei que é difícil para ele tirar a máscara de mau caráter que ele é, mas está anunciando essas medidas.

Só que, presidente, ele tem anunciado junto com o prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes, mais o prefeito da cidade do Rio de Janeiro também, um imenso, um gigante Carnaval.

E eu pergunto aqui ao governador João Doria, Major Mecca, se é o momento de fazer aí essa festa que é o Carnaval. Milhares, milhões de pessoas nas ruas, muitos milhares delas turistas vindos de várias partes do País.

Será que o governador quer repetir o que ele fez em 2020? Aquele Carnaval contagiante, Coronel Telhada, como ele mesmo disse, são palavras do governador. Um Carnaval contagiante, Mecca. E depois nós vimos o resultado. São 613 mil mortes atribuídas à Covid-19 no Brasil, e 154 mil dessas, Mecca, são no estado de São Paulo.

Eu sempre digo aqui na tribuna: se há um genocida no Brasil, esse genocida se chama João Agripino Doria, que em nenhum momento acatou as ordens do Ministério da Saúde, a orientação do governo federal, quis fazer o que quis aqui em São Paulo e nós temos o resultado neste momento: milhares de mortes atribuídas à Covid-19, Mecca.

Então peço às lideranças do Executivo estadual e do Executivo municipal, ao irresponsável do prefeito Ricardo Nunes, prefeito sem votos, que está caçando funcionário público que não tomou a vacina, que não foi inoculado por essa substância experimental, está caçando e demitindo esses funcionários públicos, mas o carnaval está liberado, vão gastar milhões de reais do dinheiro de impostos para promover essa festa.

Qual será o resultado depois dessas aglomerações do carnaval? Serão mais restrições? Será um número maior de contaminados? Não sei, não tenho bola de cristal, mas vendo a conduta desses "gestores" que nunca vi produzir absolutamente nada... O Ciro Gomes tinha uma frase para o Doria. "Já viu o Doria produzir um parafuso? Nunca vi." O que a gente vê é o lobby que ele fazia entre o ente privado e o ente público.

Então rogo às nossas autoridades do governo estadual e do Executivo municipal. Ricardo Nunes, faça como esses prefeitos pelo Interior e cancele o carnaval, cancele essa festa. Por quê?

Ano que vem, talvez, após essa festa, como fizeram, Coronel Telhada, em 2020, todo mundo liberado para o carnaval e na Semana Santa a gente teve que ficar trancado dentro de casa, nem nas nossas igrejas nós não fomos liberados para cultuar o nosso Deus.

Então fica aqui esse apelo, essa solicitação ao Governo do Estado de São Paulo que cancele o carnaval e ao Ricardo Nunes também; Ricardo Nunes que está preocupado em tirar o touro de ouro da frente da Bolsa de Valores, a B3, Coronel Telhada, mas a Cracolândia segue firme e forte. O touro não tinha autorização para estar em frente da B3, mas provavelmente as licenças do tráfico estão em dia lá na região da Cracolândia.

Centenas, milhares de usuários de droga ao ar livre, tráfico em pleno vapor, literalmente, em pleno vapor, e não acontece absolutamente nada. Mas a população está de olho nesses hipócritas que governam o estado e a cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. A próxima deputada é a deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.)

Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputado Emidio Lula de Souza. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Teonilio Barba. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Pela lista suplementar, deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

Enquanto o deputado se desloca até a tribuna, eu passo a Presidência dos trabalhos ao deputado Adalberto Freitas.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Sr. Presidente em exercício, deputado Adalberto Freitas, demais colegas, eu quero falar sobre a atuação do Hemocentro de Ribeirão Preto, inclusive que tem em sua diretoria o Dr. Dimas Tadeu Covas, conhecido, homem sério, competente e preocupado com a realidade da Saúde deste País.

O Hemocentro de Ribeirão Preto atende 249 municípios. Ele tem departamentos em muitas cidades deste estado. Alguns desses departamentos foram obrigados a reduzir o horário de trabalho, porque o orçamento atual, de 7 milhões e meio, não é suficiente, é totalmente defasado.

O SUS não paga pelos serviços, o que deveria pagar. Hoje, o Hemocentro trabalha no vermelho. E o Hemocentro lida, cuida de vidas. O sangue não tem substituto. É extremamente necessário para que vidas sejam preservadas.

O deputado Adalberto Freitas, que é o relator do Orçamento, eu falei com ele. Tenho certeza de que ele vai envidar todos os esforços para que esse Orçamento seja no mínimo dobrado, que passe para 15 milhões por ano.

O valor não é alto. Diante da realidade do estado de São Paulo, 15 milhões por ano é um valor até pequeno pelo valoroso serviço que o Hemocentro presta para o nosso estado e para essa parte da nação brasileira.

Eu quero citar o exemplo de uma amiga minha. Ela teve duas menininhas, gêmeas. Ela teve um problema sério, sofreu uma hemorragia muito forte. A médica que cuidava dela já estava sem esperanças, porque o sangue se perdia. Ele era aplicado e se perdia.

Um cunhado dessa minha amiga, que é uma advogada conhecida em Ribeirão Preto, o médico que é cunhado dela estava presente: "Vamos tentar mais um pouco". E colocaram mais sangue, injetaram mais sangue. E a hemorragia começou a